

APRESENTAÇÃO

A Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo chega, com esta edição, à sua 3ª Revista voltada exclusivamente ao tema das concessões de serviços públicos e parcerias público-privadas e, mais uma vez, conta com artigos elaborados por integrantes do Núcleo Temático de Estudos e Pesquisas de Parcerias Público-Privadas da Procuradoria-Geral do Estado.

Este núcleo, a despeito de sua finalidade preponderantemente acadêmica, voltado ao compartilhamento de conhecimento entre os integrantes da instituição, congrega colegas com relevantíssima experiência prática na estruturação e no acompanhamento dos projetos de concessão do estado de São Paulo, o que cria um ambiente bastante profícuo para a reunião do conhecimento teórico com a percepção das implicações práticas de cada medida, aspecto este essencial para o desenvolvimento de um bom projeto de infraestrutura.

Não por acaso, a proposta do presente volume é, justamente, a de, aliando considerações teóricas com aspectos essencialmente empíricos, apresentar aos leitores alguns dos temas enfrentados pelo estado de São Paulo ao longo deste período de 2019 a 2022, cuja gestão foi marcada pela importância conferida à participação privada nos projetos de infraestrutura. Os artigos refletem a atuação de procuradores do estado na viabilização jurídica de diversos novos projetos de concessão de serviços públicos ou de concessão de uso de bens públicos, bem como na superação dos inúmeros desafios enfrentados nos contratos em andamento.

Aproveitamos, assim, para compartilhar com a comunidade acadêmica a experiência obtida pela PGE/SP ao longo desta jornada, mostrando os obstáculos superados e as soluções encontradas para cada dilema, o que, acredito, pode servir como mais um pequeno bloco em uma obra na qual ainda há muito a construir.

Sem pretensão de esgotar os inúmeros assuntos que serão debatidos nesta obra, descoberta esta que deixo para o leitor, destaco apenas o fato

de que diversos dos artigos tratam de temas que não costumam ser encontrados em publicações acadêmicas, como, aliás, sói ocorrer com inúmeros dos problemas enfrentados em nossa vida profissional.

Cito, como exemplo, o artigo que trata a respeito do regime jurídico aplicável aos animais situados em Parque Zoológico submetido a concessão de uso. Diante das peculiaridades de serem, ao mesmo tempo, bens públicos e seres sencientes, foram surpreendentes as dificuldades na disciplina de sua reversibilidade.

Ou, ainda, o trabalho a respeito da caracterização jurídica do encerramento antecipado do contrato de parceria público-privada da Linha 18-Bronze do sistema metroviário enquanto resilição unilateral do contrato administrativo, instituto de direito civil que, embora não referido expressamente no contrato, foi exercido pelo estado de São Paulo em função da própria sistemática da etapa preliminar constante da concessão.

Há, ainda, estudos voltados a temas extremamente atuais na doutrina jurídica do setor, a exemplo do trabalho a respeito dos *dispute boards* em contratos de concessão, ou do artigo que analisa as manifestações não-jurispcionais proferidas no contexto de um contrato de concessão, nestas inseridas as manifestações de verificadores independentes, em que são enfrentadas questões como as medidas para cumprimento administrativo das decisões, notadamente em face do regime de precatórios, e a possibilidade jurídica de atribuição de efeitos vinculativos a tais manifestações.

São muitos os temas expostos nestes artigos e, naturalmente, as limitações de espaço deste texto não me permitem abordá-los todos, razão pela qual aproveito, apenas, para enaltecer o brilhantismo dos trabalhos apresentados e o empenho dos autores que muito engrandecem a nossa carreira.

É, assim, com muita satisfação que apresento os trabalhos integrantes desta edição especial da Revista da PGE, agradecendo a cada um dos membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Parcerias Público-Privadas da Procuradoria-Geral do Estado, pela dedicação demonstrada e pelo trabalho desenvolvido, de inquestionável importância para o aprimoramento jurídico e institucional do estado de São Paulo.

THIAGO MESQUITA NUNES
Procurador do Estado